ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA
NÚCLEO DE COMISSÕES
Palácio da Justiça Des. Renato de Mattos
Rua Des. Homero Mafra, nº 60, Enseada do Suá - Vitória - ES - CEP: 29050-275
Telefone: (27) 3334-2712/3334-2713/3334-2350
e-mail:nucleodecomissoes@tjes.jus.br

# ATA DE REUNIÃO
# COMISSÃO DE ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO

Aos 13 (treze) dias do mês de janeiro (01) de 2012 (dois mil e doze) se reuniu no Gabinete do Exmo Sr. Desembargador William Couto Gonçalves localizado neste Egrégio Tribunal de Justiça, a Comissão de enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa, instituída pela Presidência. Presente o Desembargador **WILLIAM COUTO GONÇALVES**, Presidente da Comissão; o Presidente da AMAGES, Dr. **SÉRGIO RICARDO DE SOUZA**; os Juízes de Direito, Drs. **MARLÚCIA FERRAZ MOULIN** e **FELIPPE MONTEIRO MORGADO HORTA** e o Chefe de Gabinete da Presidência deste Tribunal de Justiça, Dr. **BRUNO ALVES DE SOUZA TOLEDO**. Iniciada a reunião pelo Exmo Des. William Couto Gonçalves, foram discutidos os seguintes pontos:

1 - O Dr. Sérgio Dario Machado, Membro do Ministério Público, informou, no ato da instalação da Comissão ao Des. William Couto que já possui dados referentes ao objeto da comissão para fornecer;

2 - A Dra. Marlúcia Ferraz Moulin fez uma reunião com a Coordenação e a servidora Ângela do CPD para saber como obter os dados referentes à quantidade de ações que apuram a prática de corrupção e improbidade administrativa e, foi informado que há uma dificuldade em apurar tais dados tendo em vista que o TJES não utiliza ainda a tabela de assuntos (taxonomia) do CNJ. Foi determinada a verificação inicial, na esfera penal dos crimes de corrupção ativa a passiva previstos no Código Penal. Foi informado que no âmbito da 2ª instância, o Des. Pedro já iniciou levantamento dos dados referentes as esses crimes. O Dr. Bruno Toledo esclareceu que o levantamento das ações de improbidade foi realizado durante a transição da Presidência e os dados já fazem parte do painel eletrônico de improbidade administrativa.

3 - Foi informado à comissão que será criado no Tribunal de Justiça um cartório para contribuir com o julgamento das ações de improbidade administrativa, fornecendo, para tanto, suporte aos cartórios e Magistrados. O Des. William Couto frisou a importância de oferecer tal ajuda da forma menos invasiva possível, tendo em vista o respeito ao princípio do juiz natural.

4 - Foi deliberado pela comissão que os ofícios remetidos aos Magistrados solicitando informação dos processos de corrupção seja reiterado contando o prazo a partir do dia 09/01, pois muitos Magistrados retornaram do recesso nessa data e assumiram novas Varas, tendo em vista a última remoção realizada.

5 - Determinada a confecção de uma planilha com o andamento atual de cada processo de improbidade administrativa constante do painel eletrônico, levando em consideração: a propositura da ação e, posteriormente, a separação do que está pendente de realização de audiência, concluso para sentença, aguardando cumprimento de mandado etc.

6 - O Dr. Sérgio Ricardo informa que tem conhecimento de que grande parte dos processos estão sem condições de serem julgados, pois aguardam instrução, em especial a realização de perícias. Sugeriu a criação de um fundo para custear o pagamento de perícias. Foi identificado que a Vara da Fazenda Pública de Guarapari necessita de ajuda e o Des. William juntamente com o Dr. Sérgio Ricardo sinalizaram no sentido de fazer uma visita aos Juízes das Varas de Fazenda Pública para ouvir e identificar os problemas enfrentados por esses Juízes.

7 - A comissão deliberou por dar preferência ao julgamento dos principais réus em ações de improbidade, principalmente em relação aos políticos que se candidatarão nas próximas eleições.

8 - Identificada a necessidade de conversar com o Presidente quanto a viabilidade de criação desse fundo para o custeio de perícias, já que sem a realização de tal ato o processo para. Essa missão foi incumbida ao Dr. Bruno, Chefe de Gabinete da Presidência. Os membros da comissão lembraram que esse fundo vai atender não só às ações de improbidade, mas também às varas de família e criminais, gerando benefício para toda a sociedade.

9 - Sugerida a assinatura de convênios com a UFES, UNICAMP, Polícia Federal, entre outros órgãos, para a realização de perícias.

10 - O Dr. Sérgio Ricardo informou que a Corregedoria Geral de Justiça, durante as correições vai priorizar a identificação de problemas referentes aos julgamentos das ações de improbidade. Assim, foi deliberado e concordado pela comissão que o Dr. Ezequiel Turibio deverá ser convidado para participar da próxima reunião, pois a própria Corregedoria, por meio dos juízes-corregedores, faria o contato com o juiz que está com problemas nos julgamentos das ações, sendo que após essa intervenção seria dado um retorno à comissão quanto ao resultado de tal ato.

11 - Foi justificada a ausência do Dr. Carlos Ernesto Campostrini Machado tendo em vista as chuvas que assolaram o Município de Santa Leopoldina, bem como de acordo com o ofício endereçado ao Presidente do TJES, no qual solicita seu desligamento da comissão pelo prazo de 6 meses. O Des. William entende que a escolha de membros da comissão é algo que deve ser feito pelo Presidente do TJES, mas caso seja solicitada indicação, deixa consignado desde já sua escolha em relação à Dra. Marlúcia Ferraz Moulin e ao Dr. Felippe Monteiro Morgado Horta que já estão auxiliando esta comissão.

12 - Ficou incumbido ao Dr. Bruno em levar o pedido de desligamento provisório do Dr. Carlos Ernesto ao Des. Pedro, bem como a indicação dos referidos nomes para compor a comissão.

13 - Por fim, a comissão deliberou pela reunião informal no dia 20 de janeiro para apresentar os dados já colhidos.

Após tais deliberações, o grupo agendou reunião informal entre a Dra. Marlúcia Ferraz Moulin e o Dr. Felippe Monteiro Morgado Horta para o dia 20 de janeiro às 13h para a organização dos dados já colhidos, sendo determinada a confecção da presente ata que segue subscrita pelos presentes e lavrada por **Luciana Ferreira de Carvalho Mattos**, Analista Judiciário.

**WILLIAM COUTO GONÇALVES**
Desembargador
Presidente da Comissão

**SÉRGIO RICARDO DE SOUZA**
Presidente da AMAGES

**MARLÚCIA FERRAZ MOULIN**
Juíza de Direito

**FELIPPE MONTEIRO MORGADO HORTA**
Juiz de Direito

**BRUNO ALVES DE SOUZA TOLEDO**
Chefe de Gabinete da Presidência do TJES